

A INVENÇÃO DA “CRIANÇA PROBLEMA” E A PSIQUIATRIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO RECIFE

Humberto Miranda ¹

Resumo

Em 1930 o médico Arthur Ramos publicou a obra *Criança Problema*, que representava o resultado de suas experiências de pesquisas sobre a questão da psicanálise e da educação infantil. Naquela época assistimos a emergência do debate sobre as crianças que viviam em perigo ou representavam o próprio perigo para a *consolidação do projeto de “ordem e progresso”* de setores da sociedade, fazendo surgir uma série de ações políticas e códigos de controle sobre os chamados “menores”. Em Recife, essas crianças e jovens muitas vezes eram conduzidas para Casa de Detenção e deste espaço prisional eram encaminhadas para o Manicômio Judiciário, localizado no Hospital de Alienados da Tamarineira. Debruçar-se sobre esses documentos que registram os motivos da entrada e saída desses meninos nessas instituições, faz-nos perceber as primeiras práticas e debates sobre a psiquiatria da infância no Recife.

Palavras-Chave: Assistência; Infância; Recife.

Abstract

In 1930 Dr. Arthur Ramos published the work *Problem Child*, presenting the results of their research experiences on the question of psychoanalysis and education. At that emerged the debate on children living in distress or representing themselves an obstacle to consolidate the project of "order and progress" of determined sectors of society, giving rise to a series of political actions and control codes on the so-called "minors". In Recife, these children and young people were often conducted to arresting houses and prison spaces. From these spaces they used to be sent to the Forensic Hospital, located in the Psychiatric Hospital of Tamarineira. Focusing on those documents that record the reasons for entry and exit of these

¹ Aluno do Doutorado em História pela UFPE, sob a orientação da Prof^a Dr^a Isabel Cristina Martins Guillen.

children in these institutions makes us to perceive the first practices and debates on psychiatrized childhood in Recife.

Keywords: Assistance, childhood, Recife

Meninos do Recife: caminhos do confinamento

“Sabendo-se que a conduta delituosa tem origem muito mais pela influencia de causas externas ou sociais (conflitos familiares, desintegração do lar, falta de autoridade paterna, freqüência as zonas de malandragem, exemplo de maus companheiros, etc.) do que pela ação de fatores internos (debilidade de inteligência, doença mental, constituição fisiológica, etc) é natural que a obra de prevenção da delinqüência infantil procure combater de preferência as primeiras, embora não descuide da segunda.”²

O jornal *Diário de Pernambuco* buscou construir as imagens e representações sobre o “menor delinqüente” a partir da análise do “quadro social” no qual a criança e/ou jovem estavam inseridos. O local da moradia, o grupo de convívio social e a “estrutura familiar” podiam ser apontados como componentes que influenciavam a conduta desses agentes sociais. Segundo o discurso do referido periódico, um dos caminhos para a resolução do problema da delinqüência infantil era o investimento em pesquisas nos mais diferentes ramos do conhecimento científico, e estas preocupações dialogavam com as novas formas de pensar a infância no Brasil.

A matéria publicada no *Diário de Pernambuco* foi construída num período marcado por intensos debates sobre os problemas relacionados às crianças e jovens considerados “menores” que ameaçavam a lógica da “ordem” e do “progresso” social por viverem no mundo do abandono, da desvalia ou em conflito com a lei. Ao procurar solucionar tal problema os mais diferentes agentes sociais e instituições passaram a colocar o problema

2. Aspecto do problema da delinqüência infantil no Recife. *Diário da Manhã*, Recife, 10 de agosto de 1937. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – Apeje.

dessas crianças no centro do debate, levando-nos a perceber que a “questão do menor” não era apenas de interesse do universo jurídico, mas de outras esferas sociais, entre elas o da psiquiatria.

Mas, quem eram esses meninos? O que diziam deles? Ao discutir o desafio de se construir uma história das pessoas comuns, Michelle Perrot ressalta as dificuldades do historiador, destacando o problema dos arquivos, uma vez que boa parte da documentação institucional, por mais abundante que seja, é encoberta por “*um véu do ocultamento*”. Para a historiadora, esses documentos são produzidos/elaborados a partir da lógica do poder coercitivo e punitivo, quando os “*verdadeiros rebeldes são raros; pelo menos não escrevem*”. Desse modo, Perrot destaca que os excluídos, “*desaparecidos de sua história, têm de ser rastreados no que se diz deles*”.³

A partir dos documentos pesquisados podemos perceber que as ruas do Recife se apresentavam como um mundo onde esses meninos se apropriavam do espaço para efetivar as mais diferentes práticas em nome da sobrevivência, quando muitas dessas práticas eram consideradas ilícitas. Os documentos que retratam o mundo da infância nas ruas do Recife e nas prisões nos falam de histórias de meninos. Meninos que vendiam jornais nas ruas do Recife, quando muitos deles eram atropelados pelos bondes durante o trabalho; meninos que carregaram frete; meninos que furtavam comida no Mercado de São José; meninos envolvidos em brigas de ferimento e até de morte. Meninos que se tornaram “menores” e que passaram a carregar a pecha de vagabundos, gatunos, vadios e delinquentes. São esses meninos que protagonizam a nossa história. Meninos que eram levados para a Casa de Detenção do Recife.

A Casa de Detenção do Recife foi erguida na segunda metade do século XIX, com a intenção de se tornar um presídio modelo nas terras do Norte do Brasil. Edificada às margens do Rio Capibaribe, no atual centro comercial da cidade, a Casa foi construída com o objetivo de abrigar os “elementos

3 PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

nocivos à sociedade”, onde deveriam estar abrigados os “delinquentes” do Recife, do interior Pernambuco e dos estados vizinhos, por isso a Casa de Detenção também se chamava Presídio Especial.⁴

Na Casa de Detenção eram oferecidas oficinas de encadernação, alfaiataria, carpintaria, fazendo-nos perceber que o cotidiano desses meninos também foi marcado por uma “pedagogia do trabalho”. Através das artes de ofícios, algumas crianças detentas, tiveram acesso ao aprendizado de uma profissão, uma vez que se acreditava que por meio do trabalho essas crianças poderiam se ressocializar. Desse modo, professores da “educação básica”, orientadores para o ensino de música e mestres de ofícios, eram contratados para ensinar as crianças. De acordo com as pesquisas de Meneses, em um grande galpão, com capacidade para acomodar setenta trabalhadores, funcionava a oficina de sapatos, onde deveria ser reservado um espaço para os menores detentos.⁵

As memórias de Gregório Bezerra, que durante a década de 1920, tinha sido preso na Casa de Detenção por estar envolvido no movimento sindical, ajudam-nos a analisar o cotidiano prisional dessas crianças, uma vez que ele trabalhou como cozinheiro da Escola Correcional que funcionava na Casa de Detenção do Recife. Através de suas experiências, Bezerra relatou o cotidiano das crianças e jovens que lá estiveram presas. Ao lembrar do lugar social das crianças naquela instituição, Gregório nos fala:

“Essas crianças, em sua maioria eram meninos abandonados que viviam perambulando pelas ruas; outros estavam ali porque os pais não dispunham de recursos para alimentá-los ou porque os pais os consideravam indisciplinados demais e os punham na escola correcional para, segundo eles ‘tomarem jeito de gente’.”⁶

4 MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. 2001. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2001.

5 MENEZES, Mozart Vergetti. *Prevenir, disciplinar e corrigir: as escolas correcionais no Recife (1909-1929)*. Recife: Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 1995.

6 BEZERRA, Gregório. *Memórias: primeira parte 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

De acordo com as memórias de Gregório, a Casa de Detenção era o local menos indicado para que essa transformação acontecesse, uma vez que

“Havia muita fome. Fome que impelia os garotos à prática de pederastia com os presidiários em troca de migalhas de pão, bolachas, frutas ou pequenas gulodices. Havia certa vigilância, mas em vão. A localização da escola correcional no pátio interno do presídio tinha como consequência a inevitável promiscuidade dos meninos com os presos comuns, com quem mantinham o contato diário nas oficinas de alfaiataria, encadernação e carpintaria.”⁷

Ao nos voltarmos sobre a questão dos abusos praticados pelos guardas da Detenção, podemos perceber que o discurso institucional do combate à “delinquência infantil” não era vivenciado naquela Prisão, uma vez que alguns dos seus agentes também praticavam tais ações. Na casa de Detenção do Recife, o olhar panóptico que buscava “tudo ver” sofria de “miopia” e se corrompeu, fazendo com que a máquina não funcionasse de forma eficaz. O princípio do isolamento absoluto defendido por Bentham era difícil de ser cumprido, dado o grande número de detentos.

De acordo com as pesquisas realizadas pela historiadora Clarissa Nunes Maia, percebemos que as transgressões cometidas pelos agentes penitenciários da Casa de Detenção eram anteriores ao nosso período de estudo. Segundo Maia,

“Todo esse aparato disciplinar contido nos regulamentos, que deveria fazer funcionar devidamente a *máquina benthaniana*, classificando, repartindo, distribuindo e reclassificando, para transformar criminosos em homens ‘dóceis e úteis’ no entanto, caía por terra ao se deparar com condições materiais do presídio e a indisciplina dos guardas do estabelecimento.”⁸

7 Idem.

8 MAIA, Clarissa Nunes. *Policiaados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. 2001. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2001. p. 204

Alguns estudos desenvolvidos na área de criminologia questionam a eficiência da proposta de Bentham, quando sinalizam que as primeiras iniciativas realizadas na Europa já aparentavam algumas limitações quanto a sua execução. Ao problematizar a “construção da moderna práxis carcerária na Europa”, que por sua vez influenciou o Ocidente, Dario Melossi afirma, “o *Panopticon de Bentham é uma tentativa ingênua e concretizada de coordenar um exasperante sistema punitivo e de controle com eficiência produtiva*”.⁹

Na Casa de Detenção as crianças dormiam, estudavam e trabalhavam. E na hora da alimentação? Segundo as memórias de Gregório Bezerra,

“A bóia dos meninos não só era pior que a dos presos comuns como era menos da metade da ‘xepa’ daqueles, já péssima para época. Havia três refeições por dia: pela manhã, um caneco de café com pão sem manteiga para os presidiários; ao meio-dia, um caneco de feijão, um de farinha e um pedaço de bacalhau ou de charque. Isto as segundas, quartas, sextas e sábados; às terças e quintas, carne congelada, carne com ossos, pedaços amarrados com barbantes ou cordões, um caneco de caldo e um de farinha (quase sempre mofada e cheia de tapurus), à tardinha, como jantar, um caneco de chá-mate e três bolachas duras e azedas.”¹⁰

As memórias de Gregório trazem consigo um forte caráter denunciador. O seu testemunho ressalta a violência sexual, a improbidade da administração pública e a falta de compromisso com a integridade física e moral das crianças detentas. Ao confrontar esses relatos com o Regulamento da Casa de Detenção, que por sua vez classificava as crianças e jovens detentos como *menores delinquentes*, ou seja, incluindo nessa categoria os “abandonados” e “indisciplinados”, percebemos que há uma distância entre o discurso oficial e as memórias daquele que viveu e testemunhou como foi construído o cotidiano dessas crianças naquela instituição prisional. O

9 MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário* (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

10 BEZERRA, Gregório. *Memórias: primeira parte 100-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 163

Regulamento ressaltava em parágrafo único que: “*os menores delinqüentes serão recolhidos ao pavilhão adequado em anexo à Casa de Detenção*”.¹¹

Na sua escrita de si, Gregório construiu um depoimento sobre a presença das crianças na Casa de Detenção do Recife, a partir da indignação. Para Gregório, as condições nas quais se encontravam as crianças na Casa de Detenção representavam uma das vergonhas da sociedade recifense da época, uma vez que o cotidiano dos meninos traduzia a inversão dos valores morais e dos bons costumes, defendido de forma veemente por aquela sociedade. E Gregório desabafa:

“A recuperação daqueles meninos comprova que não há uma só criatura que seja recusável, principalmente as centenas de milhares de crianças, que vivem perambulando pelas ruas, muitas das quais já na prática de todos os vícios e de todos os crimes em todas as cidades do meu desgovernado Brasil.”¹²

Mas, de onde vinham e para onde iriam nossas crianças? Em dezembro de 1937, o garoto Lauro Miranda Lobo, vulgo Galo Amarelo ou Galo Amarelinho, com 17 anos de idade, foi recolhido “à prisão comum, porém separado dos criminosos adultos, ficando à disposição do Juiz de Menores”. De acordo com o Ofício 140/1912-1937, anexado ao Prontuário de Galo Amarelo, o garoto tinha se envolvido em vários crimes, inclusive, o de furtar uma taça de bronze do Palácio da Justiça, no mês de novembro daquele mesmo ano. Em setembro de 1938, Rodolfo Aureliano assinou mais um ofício reafirmando a necessidade de Galo Amarelo permanecer na Casa de Detenção.

“O Exm. Secretário de Segurança Pública, comunica-vos, para os devidos fins, que o Sr. Juiz Privativo de Menores, por sentença de 17 do mês findo, declarou o réu menor Lauro de Miranda Lobo ou Lauro Lobo Miranda, com incurso nas penas do Art. 330 da Consolidação das Leis Penais, combinado com o Artigo 71 do Código de Menores,

11 Relatório da Casa de Detenção do Recife. Recife: Imprensa Oficial: 1930.

12 BEZERRA, Gregório. *Memórias: primeira parte 100-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

determinando o seu recolhimento a esse Presídio, onde já se encontra, em prisão separada dos criminosos adultos, devendo aí permanecer até que se verifique a sua regeneração, sem que, todavia, a duração da pena possa exercer o seu máximo legal de dois anos de prisão... Rodolfo Aureliano”¹³

Nesse Ofício, foi exposta a explicação da permanência de Galo Amarelo na Casa de Detenção: o garoto deveria se regenerar. Confinado, Galo Amarelo foi submetido a exames psiquiátricos e a vários interrogatórios, tendo que se deslocar para o Juizado de Menores. Em 1942, já respondendo como preso adulto, Lauro Miranda foi posto em “liberdade”. Nesse período, o detento se encontrava em outra instituição prisional, o Presídio Agrícola de Itamaracá.¹⁴

Além dos casos que envolviam as crianças do Recife, a Casa de Detenção recolhia as crianças e jovens do interior do Estado, quando vários prontuários encontrados são de meninos que trabalhavam como agricultores, que cometeram crimes ou contravenções. Antonio Galdino Mandú, por exemplo, foi detido pela Secretaria de Segurança Pública de Canhotinho, em 13 de maio de 1934, sendo transferido para a Casa de Detenção por ter praticado o crime de furto.

Mandú tinha 17 anos, não sabia ler, era agricultor e cumpriu pena de um ano na Casa de Detenção. No ofício, o Juiz de Direito de Canhotinho recomendava que a prisão do garoto se efetivasse de forma separada dos presos adultos. Em seu prontuário não consta nenhuma referência às atividades realizadas durante o período que esteve detento. Mandú foi posto em “liberdade” em setembro de 1935.¹⁵

13 Ofício 8194/1913-1937. Juizado de Menores. Encontrado no Prontuário Individual de Lauro Miranda Lobo. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

14 O Presídio de Itamaracá se localizava, como ainda hoje, em uma ilha no litoral norte de Pernambuco, criada com objetivo de reabilitar delinqüentes adultos.

15 Prontuário Individual de Antonio Galdino Mandú. Recife, 1935 – Informações recolhidas na Ficha de Identificação. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

Além de Mandú, não podemos deixar de esquecer do caso de Severino Gomes, um menor de 17 anos, residente da cidade de Bezerros, onde trabalhava como agricultor e foi preso por ter cometido o crime de homicídio. Segundo a Guia de Sentença:

“Severino Gomes e João campos, que andavam a noite de 10 de agosto do ano findo, com outros na rua Torta desta cidade, tiveram forte desinteligência seguida de discussões, então desapertada resultando mais tarde Severino procurar João campos para vingar-se produzindo-lhe a lesão descrita no auto de corpo delito e em consequência a morte (...) Considerando a vítima recém chegada nesta cidade, não tinha inimigos outros, afora o acusado...”¹⁶

A permanência de Severino na Casa de Detenção durou aproximadamente seis meses, uma vez que aguardava o resultado do processo. O garoto, que exercia a profissão de agricultor da cidade de Bezerros foi condenado a cumprir pena de 11 anos, em prisão simples, quando foi determinando sua remoção ao Abrigo de Menores. Contudo, Severino só passou dois dias no Abrigo de Menores, uma vez que o Juiz de Menores encaminhou Severino para o Manicômio Judiciário.

O Manicômio Judiciário, que funcionava no Hospital de Alienados, era um órgão que esteve subordinado ao Serviço de Assistência aos Psicopatas. Esta instituição servia para atender as pessoas que viviam em conflito com a lei e eram consideradas doentes mentais ou que apresentavam algum tipo de distúrbio de comportamento considerado “anormal” para os padrões da época.¹⁷

No decorrer da nossa pesquisa encontramos a história de outro Severino, este chamado Sebastião Severino Gomes da Silva, também conhecido como Piolho. Sebastião não sabia ler e exercia o trabalho de

16 Prontuário Individual de Severino Gomes Recife, 1935 – Informações recolhidas na Guia de Sentença. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

17 MIRANDA, Carlos Alberto. Vivências amargas: a divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 30. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 63-103

vendedor de jornais. Era junho de 1935, o garoto tinha 16 anos quando foi preso na Casa de Detenção do Recife por motivo de “ferimento grave”. Da Casa de Detenção, Piolho foi encaminhado para o Abrigo de Menores, por ordem do Juiz de Menores Rodolfo Aureliano. Em setembro do mesmo ano, Sebastião foi transferido, com “urgência” para a Assistência aos Psicopatas, a fim de realizar exames psiquiátricos.¹⁸

Todos os ofícios encontrados no prontuário de Piolho foram assinados por Rodolfo Aureliano, levando-nos a perceber que a decisão sobre o “destino” da criança estava submetida ao Juiz de Menores. O caso de Sebastião Severino deve ser registrado por nos levar a compreender a dinâmica do Hospital de Alienados. Aquela instituição servia como um espaço laboratorial que dava manutenção às deliberações do Juiz. O exame psiquiátrico iria diagnosticar o estado de saúde mental de Sebastião, sendo imprescindível para tomada de decisão do magistrado.

Este caso nos leva a pensar que, por diferentes motivos, os garotos podiam ser encaminhados e/ou reencaminhados para instituições de confinamento. Muitas crianças podiam ser transferidas do Abrigo de Menores para o Manicômio Judiciário, que representava um espaço hospitalar onde o contato com outros pacientes, as atividades oferecidas e a própria assistência eram realizadas no sentido de atender os “loucos e criminosos”. De acordo com Ulysses Pernambucano: *“Em face da moderna organização penal, o Manicômio Judiciário representa um lugar ou seqüestração dos temíveis, dos incorrigíveis, dos anormais constitucionais, substituindo os antigos asilos de segurança.”*¹⁹

Nesta fala, podemos perceber como foi construída a idéia do Manicômio Judiciário e sua relação com o público ao qual se destinava. No Relatório, Ulysses Pernambucano também nos aponta a dificuldade de gerir

18 Prontuário Individual de Severino Gomes da Silva – Informações recolhidas na Guia de Sentença. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

19 PERNAMBUCANO, Ulysses. *Relatório Serviço de Assistência aos Psicopatas*. Recife: Imprensa Industrial, 1933. p. 10

o Manicômio, uma vez que este tem funções que mereceriam mais recursos financeiros para realizar os trabalhos que eram de sua competência.

O trabalho realizado por Maria Concepta Padovan nos aponta que o próprio Hospital de Alienados enfrentava vários problemas financeiros, chegando a mesma a afirmar que a Ala dos Indigentes encontrava-se sempre populosa, comprometendo o trabalho do Hospital de recolher aqueles indivíduos que representavam sinonímia de ameaça e perigo para a sociedade.²⁰ Ao encerrar seu relatório sobre o Manicômio Judiciário, Ulysses Pernambucano afirmou que um novo prédio iria ser construído para abrigar as atividades da referida instituição. Segundo o psiquiatra, o novo edifício seria arquitetado a partir do modelo do Juquery, construído no final do século XIX em São Paulo, pela Assistência a Psicopatas daquele Estado.²¹

Segundo os estudos da historiadora Maria Clementina da Cunha, o Juquery era considerado como modelo de gestão no tratamento da saúde mental no Brasil. Os seus estudos apontam que no ano de 1922 o Hospital já possuía um pavilhão apenas para o atendimento às crianças, que se tornou em 1929 a Escola Pacheco e Silva, destinada exclusivamente para as “crianças do Juquery”.²² De acordo com Cunha, o Hospício possuía uma política fundamental:

“Conferir legitimidade à exclusão de indivíduos ou setores sociais não totalmente enquadráveis nos dispositivos penais; permitir a guarda, e quiçá a regeneração ou disciplinarização de indivíduos resistentes às disciplinas do trabalho, da família e da vida urbana; reforçar papéis socialmente importantes para o resguardo da ordem e da disciplina, medicalizando comportamentos desviantes – como as perversões sexuais ou

20 PADOVAN, Maria Concepta. *As mascaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

21 PERNAMBUCANO, Ulysses. *Relatório Serviço de Assistência aos Psicopatas*. Recife: Imprensa Industrial, 1933.

22 CUNHA. Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.

a vadiagem – e permitindo que sua reclusão possa ser lida como um ato em favor do louco, e não contra ele.”²³

Este Hospício modelo representava um espaço de interdição daqueles que apresentavam uma ameaça à sociedade da época. Para Cunha, questões como alcoolismo, pobreza, ignorância e má alimentação foram associados à loucura, que atingia os trabalhadores urbanos do Brasil nas primeiras décadas dos novecentos, fazendo com que o hospício se tornasse o lugar da exclusão social.²⁴

A invenção da “criança problema”

Em 1936, o médico Arthur Ramos publicou a sua obra *Criança Problema*, quando discutiu a questão dos “desvios de conduta” de meninos e meninas por meio da psicanálise. Segundo Ramos,

“Fatores deficitários em todos os sentidos, que vieram complicar tremendamente o problema da assistência aos menores. E a delinquência infantil? E o menor abandonado? Nunca a higiene mental teve que lidar com tantos fatores primários, que se converteram a capital do país num grande feudo urbano, desprotegido e entregue a própria sorte. Com razão se poderia achar uma atividade desnecessária ou inútil um serviço de higiene mental, que tivesse de desbastar essas causas próximas, tão grosseiras e tão deprimentes.”²⁵

De acordo com Arthur Ramos, o serviço de higiene mental representava um “avanço” no campo dos estudos sobre a criminalidade, uma vez que questionava a criminologia determinista do século XIX. O que faz um menino mentir e furtar? Como podemos entender a psiquê de uma

23 Idem.

24 Ibidem.

25 RAMOS, Arthur. *A criança problema: a higiene mental na escola primária*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1950. P. 09

criança que comete esse tipo de prática? Ramos buscou responder essas perguntas a partir da psicanálise freudiana, causando uma forte polêmica entre os especialistas na década de 1930.

Arthur Ramos, alagoano que nasceu no município de Pilar em 1903, formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1926, defendendo a tese “Primitivo e Loucura”. Na Bahia, fez parte do Instituto Nina Rodrigues, chegando a ocupar o cargo de médico-legista da instituição. Contudo, foi nos anos de 1930, a partir de sua experiência com o Departamento de Educação do Rio de Janeiro que Arthur Ramos passou a desenvolver trabalhos mais sistematizados voltados para questão da psicanálise e da educação infantil.²⁶ Ramos influenciou a forma de pensar a assistência à infância no Brasil. O cenário de debates sobre a “delinquência infanto-juvenil” motivou as discussões no cenário local, levando outros representantes da sociedade a se manifestar a favor da causa dos chamados “menores”.

Em *A criança problema*, Ramos defende a idéia de que:

“Os higienistas mentais e os educadores familiarizados com as conquistas da psicanálise e da psicologia individual são acordes em reconhecer, depois do controle da sua própria experiência, que os furtos infantis surgem como compensação a traumas efetivos, em geral. Foram demonstrados os móveis do furto na criança, que não tem noção do delito. A criança é captativa, por excelência...”²⁷

Ramos passou a desenvolver a sua idéia sobre “criança problema”, a partir da psicanálise, quando sinalizava que a questão da delinquência estava relacionada às questões subjetivas, sem desprezar as questões sociais. Segundo Arthur Ramos,

26 LOPES, Eliane Marta Teixeira. *A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”*. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

27 RAMOS, Arthur. *A criança problema: a higiene mental na escola primária*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1950. p. 408.

“Pesquisando-se as causas dos furtos infantis, vamos encontrar, em primeira linha, esses móveis afetivos, ou condições sociais desfavoráveis (pauperismo, perda de ausência de amor, abandono moral e afetivo...) que conduzem ao que muitos autores chamam os furtos de compensação (Heuyer, Mme.Morgenstern, Gilbert Robin...) O furto como reação contra os conflitos familiares tem sido fartamente observado pelos educadores e ortofrenistas. Heuyer e Dublineau descrevem o “furto generoso”, em que a criança furta para compensar uma injustiça, distribuindo o resultado entre os companheiros.”²⁸

Entre as questões discutidas em sua obra encontramos a questão da família, do abandono, da personalidade infantil, da sexualidade e da delinquência. Os estudos desenvolvidos por Ramos dialogavam com as novas preocupações médicas sobre a infância desenvolvidas na Europa e reproduzidas no Brasil. Ao analisar o cenário político nacional onde Ramos desenvolveu seus trabalhos, a socióloga Eliane Lopes nos afirma que,

“É por essa trilha, aberta por médicos, que entrarão no Brasil a descoberta e a teorização do inconsciente. São médicos que pretendem, mais que curar doenças, curar o tecido social, higienizar as mentes, sanear a ignorância, são os portadores de uma ciência como anjo tutelar da sociedade.”²⁹

A aceitação aos estudos de Arthur Ramos foi marcada por resistências, uma vez que setores mais conservadores da medicina criticavam a aplicação da psicanálise a outras áreas do conhecimento. A proposta de Ramos caminhava no sentido de provocar um diálogo entre a psicanálise e a educação infantil.³⁰ Contudo, não podemos deixar de registrar que os

28 Idem. Ibidem. p. 409

29 LOPES, Eliane Marta Teixeira. *A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”*. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

30 Os estudos desenvolvidos na área de História da Educação sinalizam a resistência por parte de alguns intelectuais em aceitar a aproximação entre a psicanálise e a educação, durante as primeiras décadas do século XX. Tais estudos evidenciam que um grande foco de resistência esteve presente na Faculdade de Medicina de São Paulo, quando as idéias de Freud foram questionadas. Contudo, destacamos a atuação do médico Durval Marcondes que contrariando seus pares buscava criar as cátedras de Psicologia e Psiquiatria no Curso de Medicina da Universidade de São Paulo, sendo defensor da idéia da aplicação da

estudos do referido médico foram interrompidos no Estado Novo, a partir da implantação da ditadura de Getúlio Vargas, em 1937.³¹

Já na década de 1920 foi criada a *Liga Brasileira de Higiene Mental*, tendo como objetivo promover ações a partir da dinâmica da medicina mental preventiva, atuando no espaço da família, do trabalho, da escola, “*doravante tidas potenciais superfícies de emergência da loucura*”.³² A criação da *Liga* representou um dos desdobramentos dos novos paradigmas construídos acerca da psiquiatria no país, uma vez que os trabalhos do programa curativo da medicina mental, construídos a partir dos cânones do determinismo biológico, já estavam desacreditados na época. De acordo com os estudos de José Roberto Reis, desde seus primeiros trabalhos, a *Liga Brasileira* buscou oferecer serviços para a população através de seus laboratórios de psicologia aplicada, de psiquiatria e psicanálise, representando “*o ápice da penetração, no domínio da psiquiatria, dos ideais da eugenia e do saneamento preventivo da população, nos termos renovados de um movimento pró-higiene mental*”.³³

Ainda de acordo com os estudos de Reis, a *Liga*, ao fundar a Seção de Puericultura e Higiene Infantil procurou contemplar as mais diversas questões sobre a infância. Nesta Seção, reuniram-se especialistas que já vinham desenvolvendo trabalhos voltados para questão da infância, como Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção à Infância no Rio de

psicanálise nos conflitos educacionais. Durval Marcondes foi o fundador da primeira Sociedade de Psicanálise da América Latina. Ver: MOKREJS, E. Durval Marcondes: o primeiro capítulo da Psicanálise e da Psicopedagogia em São Paulo. *Revista da Faculdade de Educação*. 14 (2), 1988. p. 193-209.

31 LOPES, Eliane Marta Teixeira. *A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”*. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

32 REIS, Jose Roberto. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. V. 7 N. 1 Rio de Janeiro: mar/jun. 2000.

33 REIS, Jose Roberto. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. V. 7 N. 1 Rio de Janeiro: mar/jun. 2000. p. 5

Janeiro. Em 1937, a instituição criou a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância.³⁴ Desse modo, percebemos que tais iniciativas dialogavam com as novas perspectivas da psiquiatria voltada para a questão da saúde mental da infância.

Ao analisar o nascimento da psiquiatria infantil, Jacques Donzelot nos afirma que

“Inicialmente ela não estava ligada à descoberta de um objeto próprio, de uma patologia mental especificamente infantil. Seu aparecimento decorre das novas ambições da psiquiatria geral, da necessidade de encontrar um pedestal, um alvo onde se possam enraizar, sob forma de uma pré-síntese, todas as anomalias e patologias do adulto, de designar um possível objeto de intervenção para uma prática que não pretende mais limitar-se a gerir os reclusos, mas, sim presidir à inclusão social.”³⁵

‘Desse modo, percebemos que a psiquiatrização da infância surgiu a partir da necessidade de expansão da psiquiatria enquanto ciência e de sua relação com os problemas sociais, como nos aponta Donzelot. Ao procurar explicar as práticas daqueles que eram considerados “anormais”, “lesivos” e “ameaçadores”, especialistas encontravam respostas na fase infantil dos indivíduos e como a perspectiva de trabalho dos psiquiatras e higienistas era de caráter preventivo, esses agentes buscaram se preocupar com a questão da infância.

Ao tratar sobre a psiquiatrização da infância, Michel Foucault nos fala que,

“Tornando-se ciência da infantilidade das condutas e das estruturas, a psiquiatria pode se tornar ciência das condutas normais e anormais. De sorte que poderíamos deduzir essas duas conseqüências. A primeira é que, por uma espécie de trajeto em cotovelo, focalizando-se cada vez mais nesse cantinho de excelência confusa que é a infância, a psiquiatria de se constituir como instância geral para a análise das condutas.”³⁶

34 Idem.

35 DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. P. 120-1.

36 FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 391.

Para Foucault, o que se buscava era entender o indivíduo desde a fase do seu nascimento, para que este saber/poder tivesse controle sobre a sua conduta, tornando-se “o juiz tutelar” do comportamento daquele que era considerado anormal.³⁷ Esta ciência voltada para a saúde mental, que se fundou na primeira metade do século XIX, buscava ter com a psiquiatria da infância poder sobre o comportamento das pessoas a fim de criar uma série de dispositivos de controle, através de seus “edifícios teóricos”, de suas técnicas de observação, de seus exames de comportamento.³⁸

Em Recife, o psiquiatra Ulysses Pernambucano realizou durante sua trajetória intelectual alguns estudos sobre a questão da infância. Já em 1918, Ulysses Pernambucano produziu a dissertação intitulada *Classificação das crianças anormais*, trabalho apresentado para o Concurso de professor catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Oficial do Estado de Pernambuco.³⁹ Neste trabalho, Ulysses Pernambucano discutia questões como de higiene infantil, escolar e familiar, quando afirmava que não podia entender as anomalias da infância distante dos problemas sociais, afirmando que este assunto era

“Palpitante atualidade, o estudo das crianças anormais ainda não se encontra em nosso meio quem dele se ocupasse com carinho, interesse e entusiasmo que tem encontrado por toda parte. E não se diga que a pequena importância tem ele entre nós. Pelo contrário, abundam, infelizmente, em nosso país e em nosso Estado os fatores dessas anormalidades. Aí está o alcoolismo, sífilis, tuberculose, ancilostomose, impaludismo, doença de chagas, para não falar senão das principais.”⁴⁰

37 Idem.

38 Ibidem.

39 PERNAMBUCANO, Ulysses. *Classificação das crianças anormais. A parada ao desenvolvimento intelectual e suas formas, a instabilidade e a astenia mental*. Dissertação para o concurso de professor catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Oficial do estado de Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial: Recife: 1918.

40 PERNAMBUCANO, Ulysses. *Classificação das crianças anormais. A parada ao desenvolvimento intelectual e suas formas, a instabilidade e a astenia mental*. Dissertação para o concurso de professor

Foi nesse contexto que assistimos ao surgimento de uma campanha construída pelo Serviço de Higiene Mental, órgão subordinado ao Serviço de Assistência aos Psicopatas em Pernambuco, que buscava disseminar as idéias e práticas higienistas voltadas para a infância, tendo o Boletim de Higiene Mental como um dos instrumentos para divulgação e massificação desse trabalho. Ao analisar a importância do Boletim de Saúde Mental, a historiadora Maria Concepta Padovan nos afirma que:

“Todo esse trabalho acabava por criar uma sensibilidade acerca do normal em oposição ao anormal, que era tomada pela população como a única verdade possível, fazendo com que todo um preconceito e uma forma de violência fosse construída para o trato dos indivíduos classificados como diferentes.”⁴¹

Em seu trabalho, *As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo*, podemos observar como as teorias desenvolvidas nas décadas de 1920 e 1930, por Ulysses Pernambucano e outros médicos-higienistas buscaram disseminar suas idéias nesse Boletim, a fim de criar um movimento voltado para o controle da saúde mental das pessoas comuns, sendo os cuidados com a saúde mental das crianças disseminados de forma expressiva nas páginas do *Boletim*.

Em fevereiro de 1933, o Boletim trazia a matéria intitulada *Doenças mentais na criança*. Nesta matéria, o articulista afirmava que:

“Os dados fornecidos pelos especialistas do manicômio a respeito das doenças mentais em crianças, são de menor valor do que nos casos de adultos. Em geral a família só em

catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Oficial do estado de Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial: Recife: 1918. p. 15

41 PADOVAN, Maria Concepta. *As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. p. 62.

ultimo caso conduz o menino até o hospício. É o motivo pelo qual as estatísticas a este respeito não dão uma idéias exatas de freqüência das psicoses infantis.”⁴²

Essa matéria fazia parte do movimento que buscava chamar a atenção da sociedade para a importância de realizar um trabalho de acompanhamento nos casos considerados de caráter psicanalítico que envolviam as crianças. Uma informação importante esteve presente na fala de Ulysses Pernambucano: “em geral a família só em último caso conduz o menino até o hospício”. No decorrer da nossa pesquisa nos prontuários individuais das crianças e jovens internadas no Hospital de Alienados, percebemos que a maioria dos casos arquivados era de meninos encaminhados pelo aparato policial.

Assim foi o caso de Sebastião Flor, enviado pela Polícia em 14 de março de 1928, por motivo de alcoolismo e foi diagnosticado como epilético. Sebastião tinha 17 anos, morava no bairro de Dois Irmãos e exercia a profissão de doméstico. Em seu prontuário, encontramos a informação que o garoto tinha crises de perda de conhecimento, sua mãe era sífilítica, freqüentava o Espiritismo e era indiferente ao meio. Sebastião passou apenas dois meses no Hospital de Alienados, tendo sido liberado em 13 de junho daquele mesmo ano. No prontuário de Sebastião não há registro de uma continuidade no tratamento médico ou de um retorno ao Hospital da Tamarineira.⁴³

O motivo pelo qual a força policial enviou Sebastião para o Hospital de Alienados foi o alcoolismo. Ao nos voltarmos sobre os prontuários de outras crianças e jovens internos, verificamos que um número expressivo de casos tinha como justificativa o envolvimento desses garotos com o consumo do álcool. Antonio Ferreira Filho, foi um outro jovem de 18 anos que também foi encaminhado pela polícia e identificado como “menor alcoólatra”.

42 Boletim de Higiene Mental. Doenças mentais em crianças. Recife, dezembro de 1933. Ano I, p. 2.

43 Prontuário Individual de Sebastião Flor. Pavilhão de Observações. Recife, junho de 1928. Hospital de Alienados. Acervo: Hospital Ulisses Pernambucano

Antonio foi diagnosticado como desorientado, possuidor de pouca memória e que sofria de alucinações, sendo acusado de perturbar o sossego do pavilhão e de ser inquieto, comprometendo a “ordem asilar”.⁴⁴

Entender os casos de Sebastião e Antonio, leva-nos a perguntar o que era ser um indivíduo alcoólatra no período estudado. A historiografia registra que nas décadas de 1920 e 1930, o problema do alcoolismo fazia parte das preocupações de médicos e higienistas. De acordo com o historiador Fernando Dumas dos Santos, no Brasil, as primeiras preocupações mais sistematizadas com a chamada “doença do alcoolismo” se intensificaram no final do século XIX com o crescimento industrial das cidades, quando o consumo do álcool pelos operários passou a comprometer a produção das grandes fábricas. Capitanado pelos estudos da historiografia inglesa, mais notadamente dos historiadores Eric Hobsbawn e E. P. Thompon, o historiador nos fala que o alcoolismo pode ser considerado como uma doença trazida pela lógica burguesa e foi tida como uma doença social que deveria ser combatida.⁴⁵

A relação entre alcoolismo e infância também foi alvo das preocupações dos saberes médicos e dos higienistas da década de 1930. De acordo com as pesquisas do historiador José Gondra, uma campanha preventiva foi montada pela Liga de Higiene Mental, no Rio de Janeiro, no sentido de disseminar a idéia entre as famílias, mais notadamente as famílias populares, os “males causados pelo alcoolismo na infância”. Para Gondra, o discurso higienista defendia a idéia que as “calamidades sociais” causadas pelo alcoolismo “*era talvez, a que mais influência exercia para a desgraça dos*

44 Prontuário Individual de Antonio Ferreira Filho. Pavilhão de Observações. Recife, junho de 1928. Hospital de Alienados. Acervo: Hospital Ulisses Pernambucano

45 SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. “Moderação e excesso, uso e abuso: os saberes médicos acerca das bebidas alcoólicas”. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 103-129.

povos, crimes e degeneração da raça”.⁴⁶ Tal campanha foi articulada a partir dos argumentos que o alcoolismo também era causador da epilepsia, sífilis, tuberculose e que poderia comprometer o desempenho físico, intelectual e moral das crianças, tendo que ser analisado a partir da ótica da hereditariedade.⁴⁷

Além de Sebastião e Antonio, outros garotos fazem parte da História do Hospital de Alienados. O *Boletim de Higiene Mental* publicado em dezembro de 1933 trazia uma tabela que informava o número de crianças internas no Hospital da Tamarineira.

46 GONDRA, J. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância”. In: FREITAS, Marcos Cezar & KUHLMANN JR, Moysés. *Os intelectuais na História da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 298.

47 Idem.

ENTRADA DE CRIANÇAS NO HOSPITAL DE ALIENADOS DA TAMARINEIRA ⁴⁸ 1924 - 1930			
Ano	Total de doentes	Número de Crianças	Porcentagem
1924	670	19	2,4%
1925	767	30	3,9%
1926	730	34	4,6%
1927	1.070	34	3,3%
1928	1.023	50	4,8%
1929	1.141	35	3,06%
1930	1.128	34	3,05%
Tabela produzida pelo Boletim de Higiene Mental Divulgada pelo Boletim de Higiene Mental em 1933			

A tabela demonstra a oscilação no número de crianças atendidas pelo Hospital durante os anos de 1924 até 1930, representando um percentual abaixo de 5% no total de atendimentos realizados pela instituição. Segundo as pesquisas realizadas por Carlos Alberto Miranda, a maioria dos pacientes internados neste período possuía a faixa etária dos 20 a 35 anos de idade, quando um número expressivo de homens tinham a profissão de agricultor e as mulheres exerciam as atividades domésticas.⁴⁹

Esta edição do *Boletim de Higiene Mental* também trazia uma matéria informando que a maioria das causas dos internamentos referentes às

48 Boletim de Higiene Mental. *Doenças mentais em crianças*. Dezembro de 1933. Apeje. Ano I, p. 3.

49 MIRANDA, Carlos Alberto. Vivências amargas: a divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 30^o. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 63-103

crianças era por psicose epilética. Tal diagnóstico era realizado a partir do trabalho dos especialistas que buscavam identificar se os problemas mentais estavam relacionados à hereditariedade patológica, quando apontavam que:

“O fato de serem justamente muito mais freqüentes nas estatísticas tais doenças, diretamente dependentes da hereditariedade patológica, indica a necessidade que há do pode de vista da higiene mental, de impedir o matrimônio dos tarados e põe em evidencia a necessidade do exame pré-nupcial.”⁵⁰

Nesse sentido, observamos que o cuidado com a criança estava relacionado com o controle sobre as famílias, uma vez que de acordo com a matéria sugerir o exame pré-nupcial representava uma ação preventiva no combate à psicose epilética em crianças. Ao nos voltarmos sobre os estudos de José Roberto Reis, podemos observar que o exame pré-nupcial, do mesmo modo da esterilização, já fazia parte das propostas da Liga Brasileira de Higiene Mental, levando-nos a perceber que a atuação dos médicos pernambucanos estava sintonizada com o ideário da Liga Brasileira.⁵¹

Antonio, Sebastião e tantos outros... O Hospital de Alienados também recebia crianças abandonadas, como Manoel Laudelino, de nove anos de idade, que foi encaminhado pelo Hospital Pedro II. Na Ficha de Identificação preenchida no Pavilhão de Observações, estava escrita a informação:

“Este doentizinho veio do Hospital Pedro II sem a menor informação. Desde que chegou neste serviço que tem estado excitadíssimo, não dorme, passa dias correndo pela casa, inquietação. Quando interrogado mostra-se inteiramente alheio as nossas interpelações. O paciente tem perturbações na fala e parece que é de nascença.”⁵²

50 Boletim de Higiene Mental. *Doenças mentais em crianças*. Dezembro de 1933. Apeje. Ano I, p. 3.

51 REIS, Jose Roberto. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. V. 7 N. 1 Rio de Janeiro: mar/jun. 2000.

52Prontuário Individual de Manoel Laudelino. Livro do Pavilhão de Observações: 1930. Arquivo Hospital da Tamarineira.

Manoel fora abandonado pelos pais e o diagnóstico acusou que a criança tinha os reflexos normais, porém estava desnutrida. O exame mental informava que quando observado, o garoto *“mostra-se inquieto e excitado. Prefere o chão para deitar-se e abandona seu leito. Passa as noites gritando e procurando fugir. Crises de excitação. Queixa-se de cefaléia e é indiferente ao meio”*.⁵³

O prontuário do Manoel, assim como tantos outros, nos fornece o registro que a criança passou apenas dois dias no Pavilhão de Observações, sendo transferido para o Hospital de Doenças Mentais. Manoel, com apenas nove anos de idade, assim como outras crianças, ao serem internados na Tamarineira eram direcionados para o mesmo local dos pacientes adultos. As inquietações, os gritos e as tentativas de fuga do menino Manoel, poderiam apresentar algum distúrbio mental ou formas de resistir às determinações impostas por médicos e enfermeiros.

Além dos casos de abandono, o Hospital de Alienados acolhia outros casos que envolviam a violência física contra as crianças e jovens. Em 7 de junho de 1930, a Polícia da Capital encaminhou Antonio, uma criança de 16 anos, para o Hospital de Alienados. Diferente dos casos analisados até agora, Antonio não foi recolhido a mando da polícia por ter ferido ou por ter consumido álcool. O menino tinha sido espancado por seu patrão, deixando-o “com sintomas de loucura”. A Guia de Sentença policial foi reproduzida no laudo médico e assim foi registrado os antecedentes históricos da doença de Antonio:

“A Guia do seu internamento assim se refere:

‘Solicito vossas providências no sentido de ser recolhido a esse estabelecimento o menor de nome Antonio Francisco Ferreira, que tendo sido espancado por Alfredo Dias Pires, do que esse delegado estar processando inquérito, ficou a vítima apresentando sintomas de loucura, deixando o mesmo ser vistoriado pelo Instituto de Medicina Legal. O paciente informa que sem motivo o seu patrão espancou-o barbaramente, tendo o

53 Prontuário Individual de Manoel Laudelino. Livro do Pavilhão de Observações: 1930. Arquivo Hospital da Tamarineira..

paciente recebido vários cacetadas e entre essas, uma na cabeça que lhe produzia uma leseira no juízo. Chegou excitado neste serviço, falando abundantemente e sem percepção. Passou dois dias sem se alimentar sendo preciso dar-lhes injeção de soro. Atualmente estar melhorando.”⁵⁴

O prontuário de Antonio ainda informava que o garoto era regularmente nutrido, que sua estrutura corpórea era desenvolvida e que em sua família não havia antecedentes de pessoas com problemas de saúde mental. Antonio ainda tinha várias lesões no corpo quando foi liberado: o garoto passou seis dias no Hospital de Alienados. O caso de Antonio nos faz perceber que aquela instituição também se apresentava como espaço onde os meninos abandonados, violentados, agredidos eram acolhidos.

Maus tratos, abandono, alcoolismo, assim eram registrados os diagnósticos das crianças e jovens nos boletins do Hospital de Alienados. Debruçar-se sobre esses documentos nos faz perceber que muitos dos casos envolvendo os meninos representavam os desdobramentos do contexto social no qual estavam inseridos. A invenção da “criança problema” representa um desdobramento das práticas de psiquiatria da infância no Brasil, mais notadamente no Recife, estando relacionada às estratégias de controle sobre as crianças e jovens que pertenciam às classes populares, quando muitos foram confinados porque se apresentavam como ameaçadores aos padrões estabelecidos naquela época.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Gregório. *Memórias: primeira parte 100-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

54 Prontuário Individual de Antonio Francisco Ferreira. Diretoria de Higiene da Capital – Hospital de Doenças Nervosas e Mentais. Recife, março de 1930.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GONDRA, J. *Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância*. In: FREITAS, Marcos Cezar & KUHLMANN JR, Moysés. *Os intelectuais na História da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”*. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

MAIA, Clarissa Nunes. *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. 2001. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2001.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. “Vivências amargas: A Divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 30”. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006.

MOKREJS, E. Durval Marcondes: o primeiro capítulo da Psicanálise e da Psicopedagogia em São Paulo. *Revista da Faculdade de Educação*. 14 (2), 1988.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MENEZES, Mozart Vergetti. *Prevenir, disciplinar e corrigir: as escolas correcionais no Recife (1909-1929)*. Recife: Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 1995.

PADOVAN, Maria Concepta. *As mascaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo (1937-1945)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

RAMOS, Arthur. *A criança problema: a higiene mental na escola primária*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1950.

REIS, Jose Roberto. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. V. 7 N. 1 Rio de Janeiro: mar/jun. 2000.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. Moderação e excesso, uso e abuso: os saberes médicos acerca das bebidas alcoólicas. In: *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 103-129.